

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/06/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
Total	30.357.847.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	2.246.005	2.184.501
1.01	Ativo Circulante	134.641	123.672
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	98.964	83.945
1.01.03	Contas a Receber	27.368	28.713
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	27.368	28.713
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.218	2.483
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.218	2.483
1.01.07	Despesas Antecipadas	582	1.611
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.509	6.920
1.01.08.03	Outros	4.509	6.920
1.02	Ativo Não Circulante	2.111.364	2.060.829
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	707.919	660.446
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	62.930	61.449
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	62.930	61.449
1.02.01.07	Tributos Diferidos	583.356	539.037
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	583.356	539.037
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	61.633	59.960
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	56.774	55.101
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	4.859	4.859
1.02.03	Imobilizado	8.790	8.914
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.790	8.914
1.02.04	Intangível	1.394.655	1.391.469
1.02.04.01	Intangíveis	1.394.655	1.391.469
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.394.655	1.391.469

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	2.246.005	2.184.501
2.01	Passivo Circulante	2.558.919	2.446.882
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.992	4.012
2.01.01.01	Obrigações Sociais	790	787
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.202	3.225
2.01.02	Fornecedores	28.227	28.997
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28.227	28.997
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.859	3.961
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.095	2.063
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	2.095	2.063
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.764	1.898
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.410.962	2.244.691
2.01.04.02	Debêntures	2.410.962	2.244.691
2.01.05	Outras Obrigações	769	2.510
2.01.05.02	Outros	769	2.510
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	461	465
2.01.05.02.05	Outros Passivos	308	2.045
2.01.06	Provisões	110.110	162.711
2.01.06.02	Outras Provisões	110.110	162.711
2.01.06.02.05	Provisões para Manutenção em Rodovias	110.110	162.711
2.02	Passivo Não Circulante	534.677	498.375
2.02.02	Outras Obrigações	202.783	185.972
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	202.252	185.326
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	202.252	185.326
2.02.02.02	Outros	531	646
2.02.02.02.03	Outros Passivos	531	646
2.02.04	Provisões	331.894	312.403
2.02.04.02	Outras Provisões	331.894	312.403
2.02.04.02.04	Provisão para Demandas Judiciais	264.427	263.522
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	9.129	8.874
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	58.338	40.007
2.03	Patrimônio Líquido	-847.591	-760.756
2.03.01	Capital Social Realizado	303.578	303.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.151.169	-1.064.334

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	104.016	198.188	107.237	189.260
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-79.889	-148.585	-85.978	-153.906
3.03	Resultado Bruto	24.127	49.603	21.259	35.354
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.699	-10.167	-11.994	-4.739
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.798	-9.276	-4.142	-7.819
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.263	-8.163	-3.633	-6.716
3.04.02.02	Honorários da Administração	-535	-1.113	-509	-1.103
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	3.080
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-901	-891	-7.852	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.428	39.436	9.265	30.615
3.06	Resultado Financeiro	-74.739	-170.591	-98.658	-199.046
3.06.01	Receitas Financeiras	7.179	14.515	5.200	10.030
3.06.02	Despesas Financeiras	-81.918	-185.106	-103.858	-209.076
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-56.311	-131.155	-89.393	-168.431
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	18.950	44.320	30.360	57.185
3.08.02	Diferido	18.950	44.320	30.360	57.185
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-37.361	-86.835	-59.033	-111.246
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-37.361	-86.835	-59.033	-111.246
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00123	-0,00286	-0,00195	-0,00366

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	-37.361	-86.835	-59.033	-111.246
4.03	Resultado Abrangente do Período	-37.361	-86.835	-59.033	-111.246

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	46.189	74.643
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	102.407	82.225
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-86.835	-111.246
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-44.320	-57.185
6.01.01.03	Depreciação e amortização	34.029	27.471
6.01.01.04	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	-3.233	-1.249
6.01.01.05	Variação monetária sobre provisão para investimentos	255	459
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	162.754	187.852
6.01.01.08	Rendimentos de aplicações financeiras	-3.886	-3.019
6.01.01.11	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	16.926	12.708
6.01.01.12	Provisão para demandas judiciais	906	-2.567
6.01.01.13	Provisão para manutenção em rodovias	25.811	29.015
6.01.01.14	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	0	-14
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-56.218	-7.582
6.01.02.01	Contas a Receber	1.345	1.859
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	1.029	659
6.01.02.03	Outros Ativos	2.410	-2.548
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	-770	4.565
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus variável	-3	-3
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-103	-8
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	980	1.142
6.01.02.08	Provisão para demandas judiciais - pagamentos	-1.673	-1.284
6.01.02.09	Outros Passivos	-1.850	-1.687
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	-735	-1.045
6.01.02.11	Provisão para manutenção em rodovias - pagamentos	-56.848	-9.232
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-31.170	-46.785
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-684	-1.731
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-32.890	-46.400
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	2.404	1.346
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.019	27.858
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	83.945	48.540
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	98.964	76.398

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-1.064.334	0	-760.756
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-1.064.334	0	-760.756
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-86.835	0	-86.835
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-86.835	0	-86.835
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-1.151.169	0	-847.591

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-899.572	0	-595.994
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-899.572	0	-595.994
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-111.246	0	-111.246
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-111.246	0	-111.246
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-1.010.818	0	-707.240

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
7.01	Receitas	217.183	207.847
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	171.587	143.464
7.01.02	Outras Receitas	45.596	64.383
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-113.268	-124.795
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-77.207	-70.657
7.02.04	Outros	-36.061	-54.138
7.03	Valor Adicionado Bruto	103.915	83.052
7.04	Retenções	-34.029	-27.471
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.029	-27.471
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	69.886	55.581
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.515	10.032
7.06.02	Receitas Financeiras	14.515	10.032
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	84.401	65.613
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	84.401	65.613
7.08.01	Pessoal	16.021	13.699
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.571	10.158
7.08.01.02	Benefícios	3.736	2.956
7.08.01.03	F.G.T.S.	714	585
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-28.823	-44.175
7.08.02.01	Federais	-37.708	-51.624
7.08.02.03	Municipais	8.885	7.449
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	184.038	207.335
7.08.03.02	Aluguéis	839	792
7.08.03.03	Outras	183.199	206.543
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-86.835	-111.246
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-86.835	-111.246

Comentário do Desempenho



2T23

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br

Comentário de Desempenho**Relatório da Administração - 30 de Junho 2023**

11 de agosto de 2023 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.– em recuperação judicial— “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do primeiro semestre de 2023.

Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21—Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34—International Financial Reporting.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Obras e Investimentos	Página 17
Responsabilidade Socioambiental	Página 18
Demonstrações Financeiras	Página 19
Relacionamento com o Auditor	Página 23

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

*Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores / CFO*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

Comentário do Desempenho

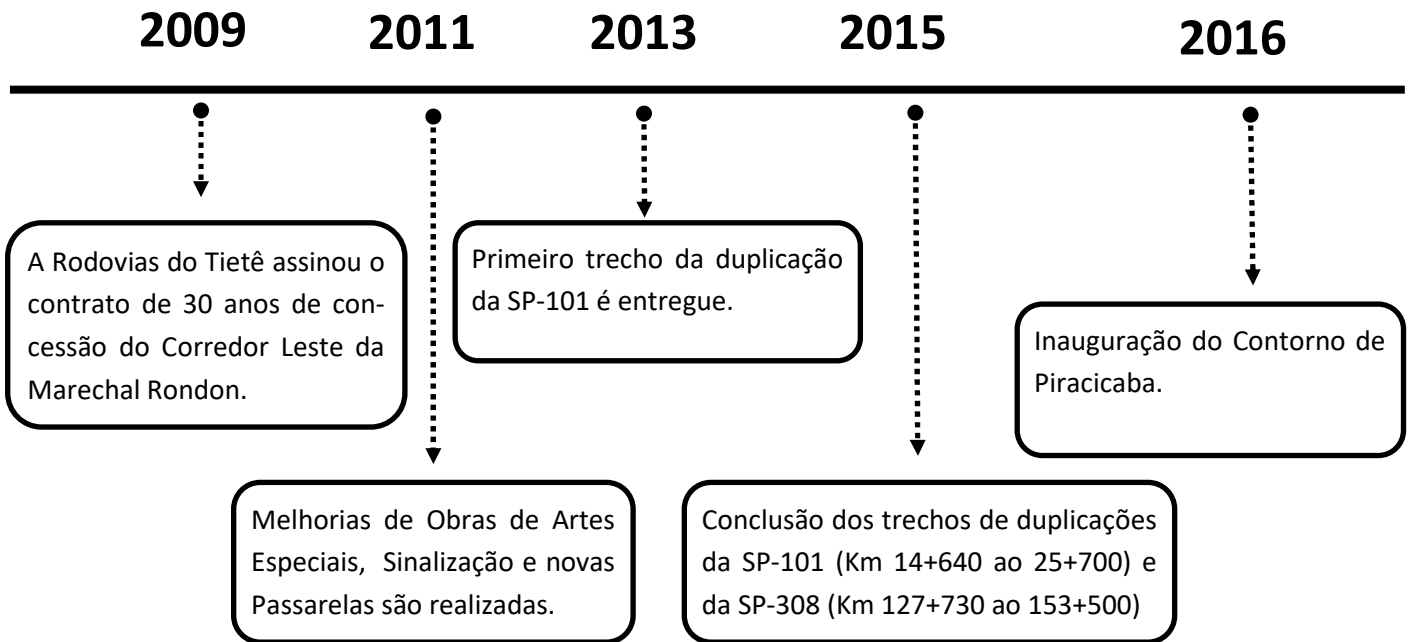


Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,4Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.



Comentário de Desempenho**Destques:****Receita Operacional**

✓ R\$ 164,2 milhões de receita líquida.

**Tráfego**

✓ Aumento de 8,64% no tráfego pedagiao e aumento de 6,95% no tráfego em eixos equivalentes.

**Obras**

- ✓ Complexo de Botucatu
- ✓ Implantação de Passarela
- ✓ Recapeamentos das Rodovias



Comentário de Desempenho



Sumário Executivo

Com relação à atividade econômica brasileira, os bancos centrais das principais economias seguem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas, em um ambiente em que a inflação se mostra resiliente. Em diversos países, as leituras de inflação recentes apontam para alguma estabilização dos núcleos de inflação em patamares superiores às suas metas e reforçam o caráter persistente do atual processo inflacionário. Além disso, no período recente, notou-se a retomada do ciclo de elevação de juros em algumas economias e a sinalização majoritária de um período prolongado de juros elevados para combater as pressões inflacionárias, o que demanda maior cautela na condução das políticas econômicas também por parte de países emergentes.

No âmbito doméstico, o conjunto de indicadores recentes sugere um cenário de desaceleração gradual. A divulgação do PIB referente ao primeiro trimestre de 2023 surpreendeu positivamente, com grande parte da contribuição de tal surpresa no desempenho da agropecuária, porém com menor dinamismo nos setores mais cíclicos da economia. O mercado de trabalho, que surpreendeu positivamente ao longo de 2022, tem apresentado certa resiliência, com aumento líquido nos postos de trabalho e relativa estabilidade na taxa de desemprego. Observou-se, entretanto, redução na taxa de participação.

A inflação ao consumidor se reduziu no período recente, com destaque para as dinâmicas em bens industriais e alimentos. Os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, que apresentam maior inércia inflacionária, apresentaram uma incipiente melhora, mas mantêm-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação. As expectativas de inflação para 2023 e 2024 apuradas pela pesquisa recuaram e encontram-se em torno de 5,1% e 4,0%, respectivamente.

Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 3,16% no acumulado nos últimos 12 meses.

No primeiro semestre de 2023 houve um aumento de 8,64% no tráfego de veículos, quando comparado ao ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes apresentou um crescimento de 6,95%, quando comparado ao ano anterior. Este aumento é reflexo da retomada da economia após os impactos da COVID-19 no ano de 2020.

As principais obras realizadas pela Concessionária foram : Recapeamento de rodovias, Implantação de passarela e Complexo de Botucatu.

Comentário do Desempenho**Tráfego**

Nos seis meses de 2023 o volume de tráfego teve um aumento de 8,64% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio teve um aumento de 10,92%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 0,79% e comerciais pesados um aumento de 4,55%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2023*	2022*	Variação
Passeio	10.198.318	9.194.183	10,92%
Comercial Leve	1.943.610	1.928.392	0,79%
Comercial Pesado	1.503.649	1.438.197	4,55%
Total	13.645.577	12.560.772	8,64%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Junho.

Nos seis meses de 2023 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve um aumento 6,95% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio teve um aumento 11,15%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 0,71% e comerciais pesados um aumento de 5,86%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2023*	2022*	Variação
Passeio	10.017.323	9.012.134	11,15%
Comercial Leve	4.650.718	4.617.757	0,71%
Comercial Pesado	8.892.093	8.399.591	5,86%
Total	23.560.134	22.029.482	6,95%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Junho.

A Companhia teve seu tráfego de veículos, sua principal receita afetada pelos efeitos da pandemia da COVID-19, devido ao Governo do Estado de São Paulo ter decretado o período de quarentena para conter o avanço desta pandemia no Estado em 2020, liberando somente as atividades essenciais a continuarem funcionando, com a flexibilização da quarentena o tráfego de veículos da Companhia já vem apresentando sua retomada desde 2021, onde a flexibilização se encontrava em sua fase inicial para o primeiro trimestre, por este motivo é apresentado este aumento expressivo no tráfego.

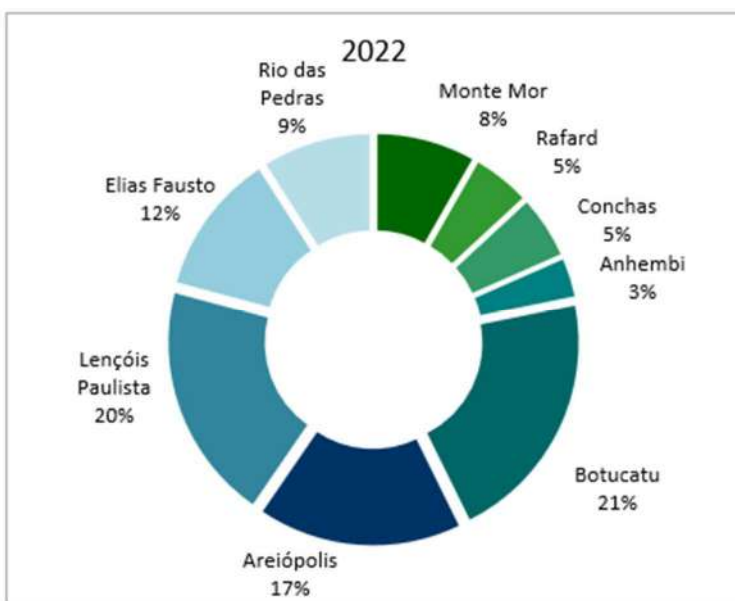
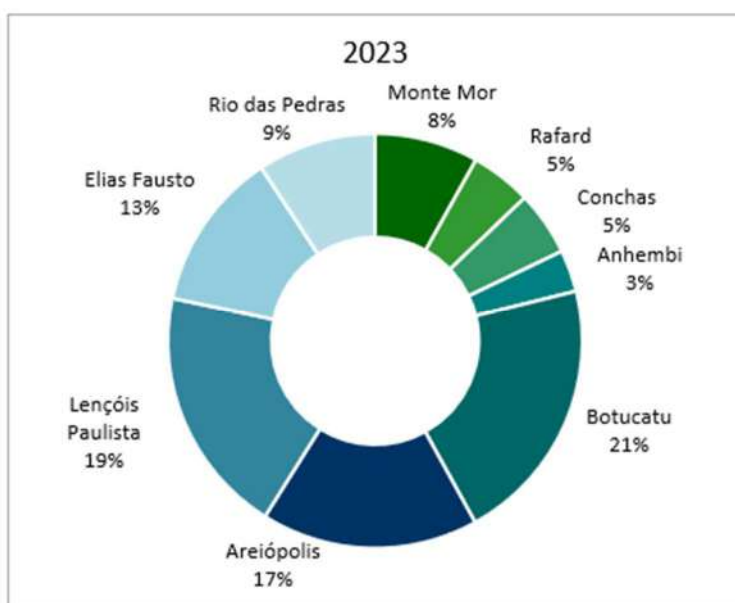
Comentário do Desempenho



Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 57% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 43% da receita.



Comentário do Desempenho



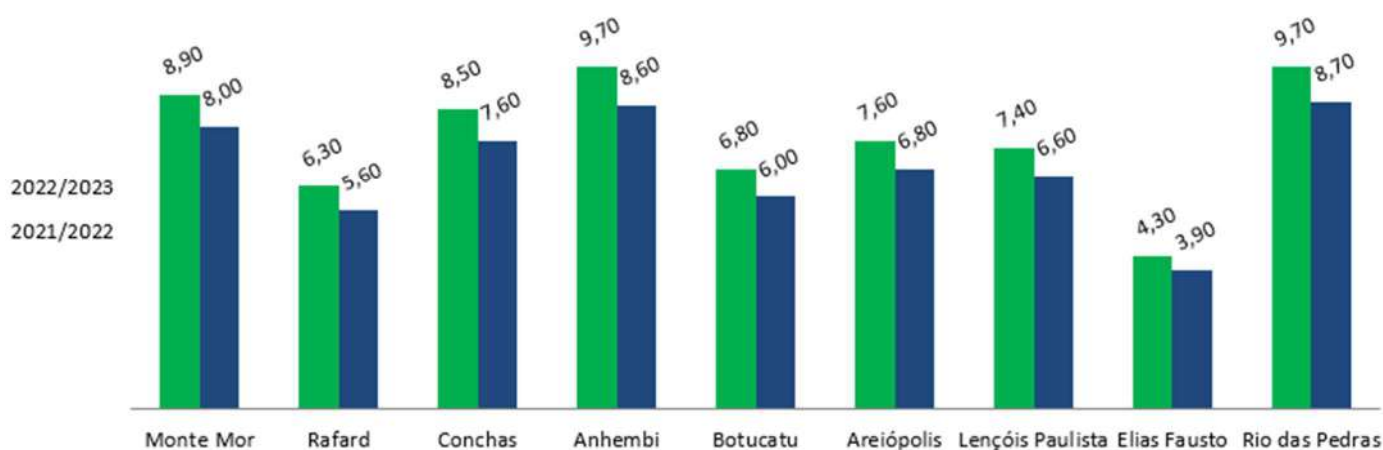
Tráfego

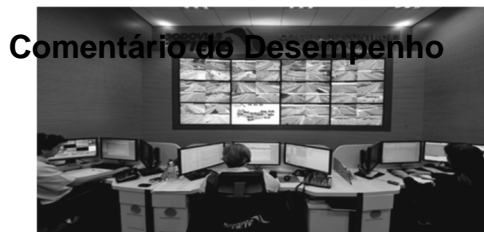
>> Tarifas de Pedágio

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2022/2023 é de R\$ 7,69 contra R\$ 6,87 em 2021/2022.

Praça de pedágio	2022/2023	2021/2022
Monte Mor	8,90	8,00
Rafard	6,30	5,60
Conchas	8,50	7,60
Anhembi	9,70	8,60
Botucatu	6,80	6,00
Areiópolis	7,60	6,80
Lençóis Paulista	7,40	6,60
Elias Fausto	4,30	3,90
Rio das Pedras	9,70	8,70
Tarifa Média	7,69	6,87

Tarifas de Pedágio





Receitas

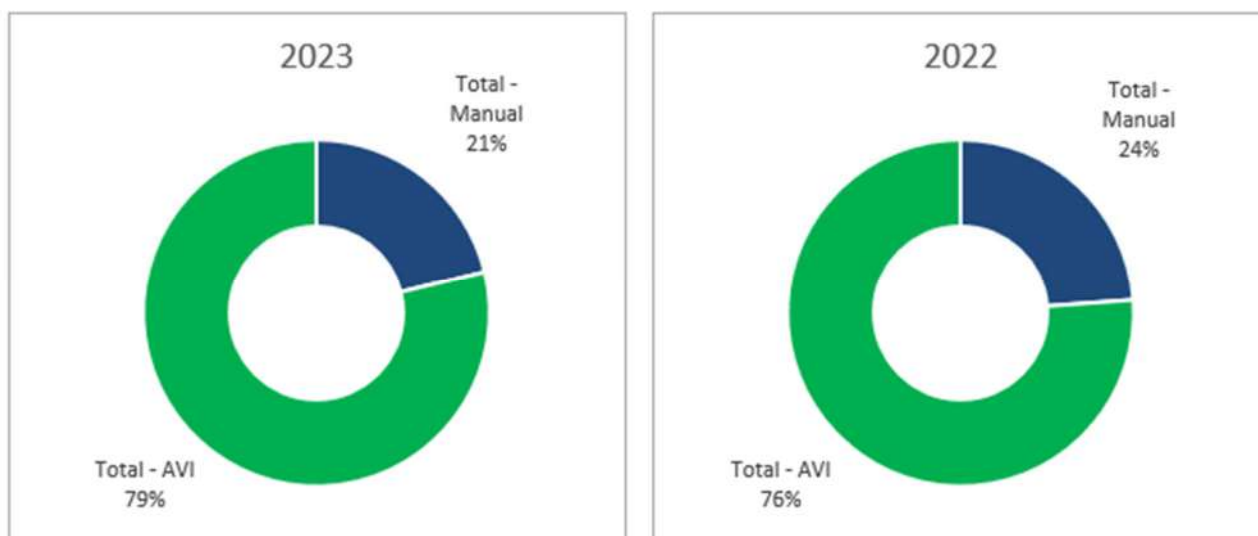
Receitas (em R\$ mil)	2023*	2022*	Varição
Receitas de Pedágio	171.587	143.876	19,26%
Receitas Acessórias	8.051	7.400	8,80%
Impostos sobre Receitas	(15.462)	(12.985)	19,08%
Receitas Operacionais	164.176	138.291	18,72%
Receitas de Construção	34.012	50.969	-33,27%
TOTAL	198.188	189.260	4,72%

*Volume acumulado período de Janeiro à Junho.

A Concessionária obteve nos seis meses de 2023, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 171.587 mil (R\$ 143.876 mil em 2022) e arrecadou R\$ 8.051 mil (R\$ 7.400 mil em 2022) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 15.462 mil nos seis meses de 2023 (R\$ 12.985 mil em 2022).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 34.012 mil de receita de construção contra R\$ 50.969 mil no mesmo período de 2022 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento



*Volume acumulado período de Janeiro à Junho.

Comentário do Desempenho



Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2023*	2022*	Variação
Com Pessoal	(14.909)	(13.009)	14,61%
Honorários da Administração	(1.113)	(1.103)	0,91%
Manutenção e conservação	(36.481)	(30.459)	19,77%
Serviço de terceiros	(5.052)	(4.078)	23,88%
Ônus variável da concessão	(2.706)	(2.272)	19,10%
Seguros e Garantias	(1.411)	(989)	42,67%
Outras receitas e despesas	(3.241)	(2.952)	9,79%
Subtotal	(64.913)	(54.862)	18,32%
Custo de serviços de construção	(33.093)	(50.361)	-34,29%
Provisão para demandas judiciais	(906)	3.064	-129,57%
Provisão para manutenção em rodovias	(25.811)	(29.015)	-11,04%
Depreciação e amortização	(34.029)	(27.471)	23,87%
Total	(158.752)	(158.645)	0,07%

*Volume acumulado período de Janeiro à Junho.

No segundo trimestre de 2023, houve um aumento de 0,07% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 158.645 mil em 2022 para R\$ 158.752 mil em 2023. As principais variações foram:

- ⇒ Manutenção e conservação: Reajuste nos contratos de prestação de serviços de conservação vegetal, guincho e pré-atendimento hospitalar;
- ⇒ Custo dos serviços de construção: Redução nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019;
- ⇒ Provisão para demandas judiciais: reversão de provisão de processos administrativos junto a ARTESP; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego e devido ao aumento dos investimentos dos últimos doze meses.

Comentário do Desempenho**EBITDA e MARGEM EBITDA**

Para melhor refletir os índices de gestão da Companhia, o EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado pela exclusão das provisões para manutenções futuras e para demandas judiciais e administrativas.

EBITDA (em R\$ mil)	2023*	2022*	Varição
Resultado Líquido do Período	(86.835)	(111.246)	-21,94%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(44.320)	(57.185)	-22,50%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	170.591	199.046	-14,30%
(+/-) Depreciação e Amortização	34.029	27.471	23,87%
EBITDA	73.465	58.086	26,48%
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	25.811	29.015	-11,04%
(+/-) Provisão para demandas judiciais e Adm	906	(3.064)	-129,57%
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção conserva especial	(56.848)	(9.232)	515,77%
EBTIDA considerando efeito Cons. Especial (a)	43.334	74.805	-42,07%
Margem EBITDA Ajustado Cons. Especial	26,39%	54,09%	-27,7 p.p
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção	56.848	9.232	515,77%
Receitas Operacionais (b)	164.176	138.291	18,72%
EBITDA AJUSTADO (c)	100.182	84.037	19,21%
Margem EBITDA Ajustado (c/b)	61,02%	60,77%	0,25 p.p

*Volume acumulado período de Janeiro à Junho.

Nos seis primeiros meses de 2023, houve um aumento de 26,48% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 84.037 mil em 2022 para R\$ 100.182 mil em 2023. E a margem EBITDA ajustado teve um aumento de 0,25 p.p.

Além disso, houve um aumento de 23,87% na depreciação e amortização que passou de R\$ 27.471 mil em 2022 para R\$ 34.029 mil em 2023. Houve também uma variação de 11,04% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019.

Comentário do Desempenho**Resultado Financeiro**

O resultado financeiro no segundo trimestre de 2023, comparado ao mesmo período de 2022, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2023*	2022*	Variação
Juros sobre Financiamentos e Debêntures	(162.754)	(187.852)	-13,36%
Juros sobre Mútuo	(16.926)	(12.708)	33,19%
Outras Despesas Financeiras	(5.426)	(8.516)	-36,28%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(185.106)	(209.076)	-11,46%
Receitas Financeiras	14.515	10.030	44,72%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(170.591)	(199.046)	-14,30%

*Volume acumulado período de Janeiro à Junho.

Nos seis meses de 2023 houve uma redução de 14,30% no resultado financeiro que passou de (R\$ 199.046) nos seis meses de 2022 para (R\$ 170.591) mil em 2023. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Mútuo: Aumento em função do maior índice de CDI.
- ⇒ Juros sobre Financiamentos e Debêntures: Redução do IPCA em 2023.
- ⇒ Outras despesas financeiras: Redução em função de menores despesas com encargos financeiros.
- ⇒ Receitas Financeiras: Aumento devido aos valores aplicados no período de 12 meses, além do aumento da taxa de CDI.

Comentário do Desempenho



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”) e pagos semestralmente, conforme tabela abaixo:

Datas de Pagamento	Principal	Juros	Total
15/12/2013	-	45.653	45.653
15/06/2014	-	43.365	43.365
15/12/2014	-	46.517	46.517
15/06/2015	-	46.650	46.650
14/12/2015	-	50.981	50.981
14/06/2016	-	51.851	51.851
14/12/2016	-	54.109	54.109
14/06/2017	-	54.157	54.157
14/12/2017	9.283	56.871	66.154
14/06/2018	15.174	56.897	72.071
17/12/2018	35.855	56.882	92.737
17/06/2019	38.803	55.412	94.215

Comentário do Desempenho



Debêntures - (continuação)

Em 20 de setembro de 2019, a Companhia solicitou aos Debenturistas a deliberação dos seguintes itens:

- A. Deliberação acerca da declaração, ou não, do vencimento antecipado das Debêntures, tendo em vista o descumprimento de suas obrigações não pecuniárias atinentes ao: (i) cumprimento com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 13/12/2017, 30/04/2018, 30/05/2018, 28/06/2018, 30/07/2018, 30/08/2018, 12/11/2018, 11/12/2018, 12/02/2019, 27/03/2019, 26/04/2019, 05/06/2019, suspensão e retomada em 12/06/2019, suspensão e retomada em 14/06/2019 e 24/07/2019, suspensão e retomada em 30/07/2019; e (ii) recomponha os Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas de Reserva, conforme estabelecido no Aditivo do Contrato de Administração de Contas;
- B. Aprovação de alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão;
- C. Apresentação de nova proposta de reestruturação, realização de análise, discussão e aprovação de tal proposta, podendo ser apresentado contraproposta pelos Debenturistas presentes.

Em resultado a essa solicitação, os Debenturistas suspenderam para o dia 04 de outubro de 2019 os itens apresentados pela Companhia.

Em 04 de outubro de 2019, os Debenturistas suspenderam para o dia 25 de outubro a deliberação dos itens apresentados na AGD do dia 20/09/2019.

Em 25 de outubro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensa para o dia 08 de novembro de 2019.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foram deliberados os seguintes itens:

- A. Com o não atendimento da cláusula 4.16.7 da Escritura, onde é necessário o quórum de, no mínimo, 2/3 dos presentes para não declarar o vencimento antecipado, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures;
 - A.1 Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- B. Não foi aprovada a alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão considerando que, pelo disposto na Escritura, seria necessária a aprovação de 100% dos presentes, mas que somente 77,49% dos presentes votaram pela aprovação deste item;
- C. Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- D. Não houve assuntos adicionais.

Com a declaração de vencimento antecipado, a Administração da Concessionária realizou a abertura do processo de recuperação judicial como sendo mais um passo para a reestruturação financeira, mas que não afetará no atendimento aos compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam Corredor Leste da Marechal Rondon.

Comentário do Desempenho



Debêntures - (continuação)

Em 08 de novembro de 2019, com a declaração de vencimento antecipado em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGD), a Administração da Companhia deu início aos trâmites para protocolar a abertura do processo de recuperação judicial, como sendo mais um passo no processo de reestruturação financeira, sem afetar os compromissos assumidos junto ao órgão regulador e os serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na visão da Companhia, o processo de Recuperação Judicial é a maneira mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias; e (v) reconheceu como bem essencial os valores contidos na “Conta de Pagamentos do Projeto” durante o *stay period*.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos.

No dia 18 de março de 2020 o administrador judicial apresentou a Segunda Lista de Credores, mas devido a COVID-19 a lista só foi publicada no dia 17 de junho, tendo os prazos da recuperação judicial sido retomados a partir da publicação.

Em 27 de agosto de 2020, o Juízo de Recuperação Judicial da Companhia publicou o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 14 de setembro de 2020, e em segunda convocação, no dia 01 de outubro de 2020, para votação do Plano de Recuperação Judicial protocolado pela Companhia no dia 18 de março de 2020.

Em 01 de outubro de 2020, foi realizada a Assembleia Geral de Credores (“AGC”), onde foi suspensa até o dia 27 de novembro de 2020.

Em 10 de novembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial da Companhia publicou decisão postergando a AGC para o dia 16 de dezembro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão postergando a AGC para o dia 21 de janeiro de 2021.

Comentário do Desempenho



Debêntures - (continuação)

Em 21 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral de Credores foi suspensa, sendo sua reabertura programada para o dia 10 de março de 2021.

Em 09 de março de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de (i) redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 21 de janeiro de 2021, para o dia 08 de junho de 2021, e (ii) prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 dias iniciados com o término do prazo da prorrogação anterior.

Em 02 de junho de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08 de junho de 2021 para o dia 08 de julho de 2021.

Em 05 de julho de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08 de julho de 2021, para o dia 23 de setembro de 2021.

Em 09 de agosto de 2021, a Companhia protocolou no Juízo da Recuperação Judicial o novo Plano de Recuperação Judicial, sendo esse novo Plano apresentado para votação na próxima Assembleia.

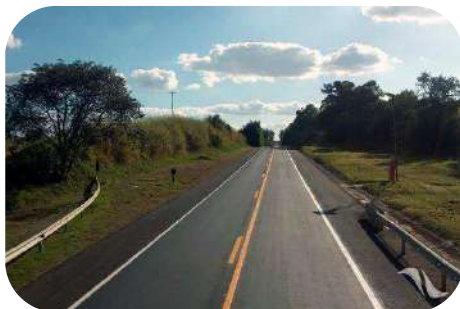
Em 23 de setembro de 2021, em Assembleia Geral de Credores foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial divulgado no dia 09 de agosto.

Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores.

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89
Dezembro/2018	1,43	94,14/5,86
Junho/2019	1,17	96,85/3,15
Dezembro/2019	Não medido*	-

* Devido a declaração de vencimento antecipado, a Companhia não realizou os cálculos dos Índices Financeiros para o período findo.

Comentário do Desempenho**Obras e Investimentos****Recapamentos da SP-101, SP-209, SP-300 e SP-308**

Segundo ciclo de intervenção da conservação especial de pavimento das rodovias SP-101, SP-209, SP-300 e SP-308. Os serviços de reparos na SP-209 foram concluídos em junho/22 e nas demais rodovias, estão em andamento. O custo incorrido até junho de 2023 para essas obras foi de **R\$ 242,96 milhões**.

Complexo de Botucatu

Engloba 06 itens de investimentos (Marginais da SP-209, km 19+000 ao km 21+100 N/S; Marginais da SP-300, km 248+000 ao km 252+000 L/O; e Melhoria de 02 Dispositivos km 20+300 e km 248+900), que totalizam 11,5 quilômetros. As duas Obras de Artes Especiais (OAE's) do km 20 e Contenções estão em andamento. O custo incorrido até junho de 2023 foi de **R\$ 11,857 milhões**.

Implantação de Passarela - km 303+600

Contempla uma estrutura metálica para travessia de pedestres no km 303+600 da Rodovia SP-300, no município de Lençóis Paulista/SP; os serviços foram iniciados em 29/05/2023 e estão em andamento. O custo incorrido até junho de 2023 foi de **R\$ 1,982 milhões**.

Comentário do Desempenho**Responsabilidade Socioambiental****Café na Passarela**

Esta ação tem como objetivo principal de reduzir o número de acidentes com pedestres nas rodovias, ela é realizada nos pontos com maior fluxo de pedestres com o convite para um café da manhã acompanhado de material educativo e orientações pelos funcionários da concessionária afim de incentivar e conscientizar os usuários sobre a importância do uso das passarelas e os riscos envolvidos em travessias imprudentes.

Acorda Motorista

O evento “Acorda Motorista” é focado aos caminhoneiros da rodovia. Ela é realizada no período da madrugada, justamente para alertá-los sobre os riscos de dirigir com sono. Todos os usuários recebem um material com dicas e informações para garantir uma viagem segura, como a importância da parada a cada duas horas dirigindo e a necessidade de dormir antes de uma viagem além de distribuição de kit saúde com álcool em gel e máscara.

Ação “Cavalo de aço – Abrace a vida motociclista”

Esta ação tem como objetivo abordar os motociclistas para conscientizá-los sobre os cuidados no trânsito, ressaltando sobre a importância do uso dos equipamentos de segurança. A concessionária disponibiliza gratuitamente uma inspeção nos itens de segurança das motocicletas e faz a distribuição de equipamentos como: antenas corta pipa e kit de adesivos refletivos para capacete.

Comentário do Desempenho**Balanco Patrimonial**

Ativo (em R\$ mil)	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	98.964	83.945
Contas a receber (Nota 6)	27.368	28.713
Despesas Antecipadas	582	1.611
Impostos a recuperar (Nota 7)	3.218	2.483
Outros ativos	4.509	6.920
	134.641	123.672
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	62.930	61.449
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	583.356	539.037
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	56.774	55.101
Outros ativos	4.859	4.859
Imobilizado (Nota 9)	8.790	8.914
Intangível (Nota 10)	1.394.655	1.391.469
	2.111.364	2.060.829
Total do ativo	2.246.005	2.184.501

Comentário do Desempenho**Balanco Patrimonial**

Passivo (em R\$ mil)	2023	2022
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	28.227	28.997
Debêntures (Nota 14)	2.410.962	2.244.691
Credor pela concessão	461	465
Obrigações tributárias	3.859	3.961
Obrigações trabalhistas	4.992	4.012
Provisões (Nota 13)	110.110	162.711
Outros passivos	308	2.045
	2.558.919	2.446.882
Não circulante		
Debêntures (Nota 14)	-	-
Provisões (Nota 13)	331.894	312.403
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	202.252	185.326
Outros passivos	531	646
	534.677	498.375
Total do passivo	3.093.596	2.945.257
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(1.151.169)	(1.064.334)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(847.591)	(760.756)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.246.005	2.184.501

Comentário do Desempenho**Demonstrações dos Resultados**

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2023	2022
Receita operacional líquida (Nota 16)	198.188	189.260
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(148.585)	(153.906)
Lucro bruto	49.603	35.354
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(9.276)	(7.819)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17(i))	(891)	3.080
	(10.167)	(4.739)
Lucro (prejuízo) operacional	39.436	30.615
Despesas financeiras (Nota 18)	(185.106)	(209.076)
Receitas financeiras (Nota 18)	14.515	10.030
Despesas financeiras, líquidas	(170.591)	(199.046)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(131.155)	(168.431)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	44.320	57.185
Prejuízo do período	(86.835)	(111.246)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,00163)	(0,00366)

Comentário do Desempenho



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(86.835)	(111.246)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(44.320)	(57.185)
Depreciação e amortização	34.029	27.471
Rendimentos de aplicações financeiras	(3.886)	(3.019)
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	162.754	187.852
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	16.926	12.708
Provisões para demandas judiciais	906	(2.567)
Provisões para manutenção em rodovias	25.811	29.015
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	(3.233)	(1.249)
Variação monetária sobre provisão para investimentos	255	459
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	-	(14)
	102.407	82.225
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	1.345	1.859
Despesas antecipadas	1.029	659
Tributos a recuperar	(735)	(1.045)
Depósitos judiciais	(1.673)	(1.284)
Outros ativos	2.410	(2.548)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(770)	4.565
Credor pela concessão - ônus variável	(3)	(3)
Obrigações tributárias	(103)	(8)
Obrigações trabalhistas	980	1.142
Provisão para manutenção — pagamento	(56.848)	(9.232)
Outros passivos	(1.850)	(1.687)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	46.189	74.643
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	-	-
Resgate de aplicações financeiras	2.404	1.346
Investimentos no ativo imobilizado	(684)	(1.731)
Investimentos no ativo intangível	(32.890)	(46.400)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	(31.170)	(46.785)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	-	-
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	15.019	27.858
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	83.945	48.540
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	98.964	76.398

Comentário do Desempenho



Relacionamento com o Auditor

No segundo trimestre de 2023, a Concessionária não contratou a BDO RCS Auditores Independentes (“BDO”) para a realização de outros trabalhos relacionados a *compliance*.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia possui registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria B desde 06 de setembro de 2011.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 30 de junho de 2023, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 3.276 milhões (R\$ 4.255 milhões a valor nominal) e em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 3.309 milhões (R\$ 4.288 milhões a valor nominal), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 30 de junho de 2023, a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 86.835 (2022 - R\$ 111.246), um capital circulante líquido negativo de R\$ 2.424.277 (2022 - R\$ 2.323.210) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 847.591 (2022 - R\$ 760.756) com R\$ 303.578 de capital subscrito pelos acionistas.

O capital circulante negativo mencionado acima está considerando a totalidade das debêntures classificada no passivo circulante conforme determinação das normas brasileiras e internacionais de contabilidade, em razão da declaração de vencimento antecipado em Assembleia realizada no dia 08 de novembro de 2019.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1. Recuperação judicial

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na visão da Companhia, a Recuperação Judicial (“RJ”) foi a forma mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias, tendo que o prazo para apresentação da primeira versão do plano estendido para o dia 18 de março de 2020, devido ao recesso judiciário de 2019 e 2020; e (v) reconheceu como bem essencial os valores contidos na “Conta de Pagamentos do Projeto” durante o *stay period*.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos.

O administrador judicial realizou a revisão da lista de credores apresentada pela Companhia levando em consideração as habilitações de crédito e divergências, apresentará e publicará uma segunda lista de credores. O prazo para o administrador judicial apresentar a segunda lista de credores seria de 45 (quarenta e cinco) dias após o fim do prazo para apresentação das habilitações de crédito e divergências (“Segunda Lista de Credores”). A partir da publicação da Segunda Lista de Credores, teve o início de dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias para os credores apresentarem ao Juiz suas impugnações à Segunda Lista de Credores, e (ii) um prazo de 30 dias para os credores apresentarem suas objeções ao plano de Recuperação Judicial.

No dia 18 de março de 2020, o administrador judicial apresentou a Segunda Lista de Credores, mas devido a COVID-19 a referida lista só foi publicada no dia 17 de junho de 2020, tendo os prazos da recuperação judicial sido retomados a partir da sua publicação. Na mesma data, a Companhia protocolou a primeira versão do plano de Recuperação Judicial.

O plano de Recuperação Judicial deveria ser aprovado em Assembleia de Credores em data a ser designada pelo juízo da Recuperação Judicial. Após essa aprovação, o Plano deveria ser homologado pelo Juiz. Neste contexto, em 27 de agosto de 2020, o Juízo de Recuperação Judicial da Companhia publicou o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 14 de setembro de 2020, e em segunda convocação, no dia 01 de outubro de 2020, para votação do Plano de Recuperação Judicial protocolado no dia 18 de março pela Companhia.

Em 01 de outubro de 2020, a Assembleia Geral de Credores (“AGC”) foi realizada, tendo sido suspensa até o dia 27 de novembro de 2020.

Em 10 de novembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão postergando a AGC que seria realizada no dia 27 de novembro para o dia 16 de dezembro de 2020.

Em 16 de novembro de 2020, a Companhia protocolou uma nova versão do Plano de Recuperação Judicial a ser apreciada na AGC.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 15 de dezembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de postergação da AGC para o dia 21 de janeiro de 2021.

Em 21 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral de Credores foi suspensa, tendo sua reabertura sido programada para o dia 10 de março de 2021.

Em 09 de março de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de (i) redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 21 de janeiro de 2021, para o dia 08 de junho de 2021, e (ii) prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 dias iniciados com o término do prazo da prorrogação anterior.

Em 02 de junho de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08 de junho de 2021 para o dia 08 de julho de 2021.

Em 05 de julho de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08 de julho de 2021, para o dia 23 de setembro de 2021.

Em 09 de agosto de 2021, a Companhia protocolou no Juízo da Recuperação Judicial um novo Plano de Recuperação Judicial, para votação na Assembleia do dia 23 de setembro de 2021.

Em 23 de setembro de 2021, em Assembleia Geral de Credores (“AGC”) foi aprovado o novo Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) divulgado no dia 09 de agosto de 2021.

Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu a decisão de homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores (“Plano”), tendo essa decisão sido publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 06 de outubro de 2021.

O Plano de Recuperação apresentado pela Companhia e aprovado em Assembleia Geral de Credores demonstra os principais pontos para a reestruturação financeira:

- Compra e venda de 100% (cem por cento) das ações ordinárias da Companhia: acordo de compra e venda das ações (“SPA”) detidas pelos atuais acionistas para o Fundo de Investimento gerido pela empresa Geribá.
- Créditos quirografários detidos por Debenturista: o Debenturista poderá escolher entre duas opções de pagamento, caso escolha a “Opção A” as debêntures atuais serão trocadas por “Debêntures de Resultado” e caso seja realizada a escolha da “Opção B” as debêntures darão lugar para cotas do Fundo de Investimento.
- Credores Trabalhistas: serão pagos em 12 parcelas mensais de igual valor respeitando o limite total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- Créditos quirografários detidos por não Debenturista: terão seus créditos, até o limite de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), cada um, pagos em 12 (doze) parcelas mensais, caso o saldo deste valor ultrapasse este limite e não seja superior a R\$ 3.000.000,00 será pago na proporção de 50% em 12 parcelas mensais a contar do final do pagamento (três milhões de reais) do parcelamento do primeiro montante e caso os créditos sejam superiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) será dividido em 50% (cinquenta por cento) pagos em 150 (cento e cinquenta) parcelas e os outros 50% (cinquenta por cento) serão pagos em 210 (duzentos e dez) meses com bônus de adimplência.
- Créditos detidos pela ARTESP: serão pagos até o limite de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas a partir do 60º (sexagésimo) mês da aprovação deste Plano pela ARTESP. O saldo superior a R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) será pago na proporção de 40% (quarenta por cento) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas contados do último dia útil do 60º (sexagésimo) mês e 60% (sessenta por cento) em parcela

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

única após 210 (duzentos e dez) meses contados da aprovação da ARTESP ou da liquidação do crédito, o que ocorrer por último, com bônus de adimplência.

- Créditos ME/EPP: serão pagos integralmente em 12 (doze) parcelas mensais sucessivas.

O Plano de Recuperação aprovado e homologado no processo da recuperação judicial somente poderá entrar em vigência após a aprovação da ARTESP acerca da alteração de controle acionário da Companhia, o que não possui prazo definido para sua decisão. Para evitar indefinições, foi previsto no Plano de Recuperação que essa aprovação deveria ocorrer em até 150 (cento e cinquenta) dias da Homologação Judicial do Plano de Recuperação, entendida a data inicial como 06 de outubro de 2021, portanto até 05 de março de 2022. Posteriormente, essa data foi sucessivamente prorrogada, e devidamente refletida na RJ através de adesões ao Plano e aditamentos ao SPA, tendo a última data ficado para o dia 31 de agosto de 2023, podendo seu prazo vir a ser novamente prorrogado por meio de aditamento do SPA e do PRJ, com a devida comunicação ao juízo do processo.

Entretanto, alguns atos já estão sendo praticados no bojo da reestruturação, tal como conforme estabelecido no plano de recuperação judicial, a emissão de debêntures na modalidade “financiamento DIP”, visando a captação de recursos na ordem de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), as quais serão integralizadas pelos atuais debenturistas dispostos a aportar recursos na Companhia, uma vez obtida a aprovação da ARTESP acerca da alteração de controle da Companhia.

Até o presente momento, a ARTESP questionou sua inclusão no bojo da recuperação judicial e a aplicação do Plano aos seus créditos. Além da definição da concursabilidade dos créditos da ARTESP, pende a aprovação da transferência de controle e essa autorização é fundamental para que o Plano tenha plena eficácia e a dívida da Companhia seja efetivamente reestruturada, ocorrendo a novação, a quitação, a extinção de ações judiciais em curso e a extinção da alienação fiduciária das ações da Companhia. Nesse contexto, as presentes informações contábeis não foram afetadas por quaisquer efeitos decorrentes da aprovação/homologação do plano de Recuperação Judicial, tendo sido mantidas, portanto, as condições originais de pagamento dos saldos dos credores referente às classes de crédito tratadas no plano de Recuperação Judicial.

Caso a transferência de controle não seja aprovada pela ARTESP, não poderá ser desconsiderado o risco de o Poder Concedente iniciar um processo de apuramento de inadimplência, que poderá ensejar a caducidade do contrato de concessão por inexecução de algumas obrigações contratuais, tais como: (i) o não cumprimento do plano de investimentos ou o não pagamento das penalidades impostas por infrações nos prazos estabelecidos em contrato; (ii) a deterioração das condições econômico-financeiras da Concessionária; ou (iii) a incapacidade de renovação do seguro-garantia.

A Companhia aguarda a aprovação da ARTESP, no entanto este processo não afeta o atendimento dos seus compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

A apresentação das demonstrações contábeis intermediárias foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 11 de agosto de 2023.

2. Base de preparação

2.1 Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2023 foram elaboradas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão consideradas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As informações contábeis intermediárias da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração do valor adicionado (DVA) em suas demonstrações contábeis, enquanto que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de junho de 2023.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidades	2.449	2.175
Aplicação financeira (i)	<u>96.515</u>	<u>81.770</u>
	<u>98.964</u>	<u>83.945</u>

(i) Referem-se a aplicação financeiras em Certificados de Depósitos bancários (CDBs), tendo essa aplicação sido remunerada a 99% do CDI em 2023 e 2022.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Não circulante	62.930	61.449
	<u>62.930</u>	<u>61.449</u>

Companhia mantém aplicações financeiras em Fundos de Investimentos vinculados, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 101% do CDI em 2023 e em 2022.

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio e de receitas acessórias. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pedágio eletrônico a receber	21.938	20.100
Cartões de pedágio a receber	380	469
Receitas acessórias	4.733	7.626
Valores em trânsito	532	734
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(215)	(216)
	<u>27.368</u>	<u>28.713</u>

7. Impostos a recuperar

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	3.210	2.479
Outros impostos a recuperar	8	4
	<u>3.218</u>	<u>2.483</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	441.210	387.931
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	88.764	88.456
Outras provisões	332	308
Provisão para manutenção de rodovias	72.626	82.080
Provisão para investimentos em rodovias	3.507	3.475
AVP Outorga	1.374	1.407
CPC 47 - Ajustes de Receita Bruta	-	609
	<u>607.813</u>	<u>564.266</u>
Passivo:		
Tributos diferidos:		
Amortização - curva de tráfego (i)	<u>(24.457)</u>	<u>(25.229)</u>
Líquido	<u>583.356</u>	<u>539.037</u>

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Lei nº 12.973/14

A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Em 30 de junho de 2023, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 1.297.676 (2022 - R\$ 1.140.972). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. Até que as incertezas presentes sejam resolvidas, principalmente quanto à efetivação e início de implementação do plano de recuperação judicial, a administração optou por não reconhecer nenhuma perda por redução ao valor recuperável dos créditos fiscais, nem divulgar o ano de recuperação de tais créditos (2023 - R\$ 583.356; 2022 - R\$ 539.037).

O crédito de imposto a recuperar sobre o prejuízo da Companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto aplicável ao prejuízo como segue:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(131.155)	(168.431)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	<u>44.593</u>	<u>57.267</u>
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(273)	(82)
Imposto de renda e contribuição social diferido do período	<u>44.320</u>	<u>57.185</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações

contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2022							
Saldo inicial	335	657	572	835	377	4.323	7.099
Aquisições	90	758	323	1.661	-	315	3.147
Baixas	(1)	-	(47)	-	-	-	(48)
Depreciação	(90)	(241)	(212)	(441)	-	(321)	(1.305)
Baixa de depreciação	-	-	21	-	-	-	21
Saldo contábil, líquido	334	1.174	657	2.055	377	4.317	8.914
Em 31 de dezembro de 2022							
Custo	1.347	3.233	5.813	3.935	377	7.719	22.424
Depreciação acumulada	(1.013)	(2.059)	(5.156)	(1.880)	-	(3.402)	(13.510)
Saldo contábil, líquido	334	1.174	657	2.055	377	4.317	8.914
Em 30 de junho de 2023							
Saldo inicial	334	1.174	657	2.055	377	4.317	8.914
Aquisições	16	22	152	424	-	70	684
Depreciação	(39)	(146)	(123)	(331)	-	(169)	(808)
Saldo contábil, líquido	311	1.050	686	2.148	377	4.218	8.790
Em 30 de junho de 2023							
Custo	1.363	3.255	5.965	4.359	377	7.789	23.108
Depreciação acumulada	(1.052)	(2.205)	(5.279)	(2.211)	-	(3.571)	(14.318)
Saldo contábil, líquido	311	1.050	686	2.148	377	4.218	8.790
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Em 30 de junho de 2023, existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar-condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 7.005 (2022 - R\$ 6.974).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações

contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

	Direito de outorga da concessão (i)	Obras e serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de dezembro de 2022						
Saldo inicial	415.035	741.440	41.805	148.512	2.954	1.349.746
Aquisições (vii)	-	30.608	4.876	67.482	1.597	104.563
Alienações	-	-	(77)	-	-	(77)
Amortização (vi)	(20.656)	(38.125)	(2.213)	-	(1.830)	(62.824)
Baixa de Amortização	-	-	61	-	-	61
Saldo contábil, líquido	394.379	733.923	44.452	215.994	2.721	1.391.469
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	542.244	952.039	70.088	215.994	14.848	1.795.213
Amortização acumulada	(147.865)	(218.116)	(25.636)	-	(12.127)	(403.744)
Saldo contábil, líquido	394.379	733.923	44.452	215.994	2.721	1.391.469
Em 30 de junho de 2023						
Saldo inicial	394.379	733.923	44.452	215.994	2.721	1.391.469
Aquisições (vii)	-	20.201	1.250	13.812	1.144	36.407
Transferências	-	(3)	3	-	-	-
Amortização (vi)	(10.795)	(20.303)	(1.239)	-	(884)	(33.221)
Saldo contábil, líquido	383.584	733.818	44.466	229.806	2.981	1.394.655
Em 30 de junho de 2023						
Custo	542.244	972.237	71.341	229.806	15.992	1.831.620
Amortização acumulada	(158.660)	(238.419)	(26.875)	-	(13.011)	(436.965)
Saldo contábil, líquido	383.584	733.818	44.466	229.806	2.981	1.394.655

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, estimada com base no crescimento do PIB, da população regional e no histórico da Companhia, para a qual foi considerada a taxa média ponderada de 5,54% em 30 de junho de 2023 (2022 - 5,09%), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) No semestre findo em 30 de junho de 2023, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 3.517 (2022 - R\$ 18.344).

A administração da Companhia, com base em estudos preliminares identificou evidências de redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível, porém, as projeções futuras dependem da implementação do Plano de Recuperação Judicial, que ocorrerá apenas quando a ARTESP aprovar a transferência de controle, portanto, optou por não reconhecer nenhuma provisão ao valor recuperável desses ativos no presente momento até que haja sua aprovação final.

O teste de *impairment* envolve projeções significativas sobre os resultados futuros da Companhia, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e, conseqüentemente, em suas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Fornecedores e prestadores de serviços

No período findo em 30 de junho de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o total de fornecedores foi como segue:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	6.934	10.182
Cauções e retenções contratuais (i)	21.293	18.815
	<u>28.227</u>	<u>28.997</u>

(i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

12. Partes relacionadas**a) Remuneração da Administração**

Nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Remuneração fixa	1.113	1.103
	<u>1.113</u>	<u>1.103</u>

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota 19.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 27 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual fixa dos membros da diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 2.370.

b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
AB Concessões S.A.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	183.315	167.993
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	18.937	17.333
			<u>202.252</u>	<u>185.326</u>

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures.

Os juros sobre as transações com partes relacionadas no período foram de R\$ 16.926 (Nota 18) (2022 - R\$ 12.708).

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para demandas judiciais cíveis	4.557	4.557
Provisão para demandas judiciais trabalhistas	12.102	12.102
Provisão para processos administrativos	247.769	246.863
Provisão para investimentos em rodovias	9.129	8.874
Provisão para manutenção em rodovias	168.447	202.718
	<u>442.004</u>	<u>475.114</u>
Circulante	110.110	162.711
Não circulante	<u>331.894</u>	<u>312.403</u>

a) Provisão para demandas judiciais e administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>30/06/2023</u>
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	4.557	-	-	4.557
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	12.102	-	-	12.102
Provisão para processos administrativos (iii)	246.863	2.123	(1.217)	247.769
	<u>263.522</u>	<u>2.123</u>	<u>(1.217)</u>	<u>264.428</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>30/06/2022</u>
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	7.631	689	(186)	8.114
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	12.241	-	-	12.241
Provisão para processos administrativos (iii)	228.734	12.137	(15.186)	225.685
	<u>248.606</u>	<u>12.806</u>	<u>(15.372)</u>	<u>246.040</u>

(i) As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias em que a Companhia opera, e para as quais foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

(ii) As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

(iii) As provisões para processos administrativos dizem respeito às notificações instauradas pela ARTESP contra a Concessionária e para as quais foi constituída uma provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho dos processos em curso.

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Processos Administrativos	205.079	205.950
Processos Judicializados	41.237	39.460
Estimativa de notificações	1.453	1.453
	<u>247.769</u>	<u>246.863</u>

Adicionalmente, em 30 de junho de 2023, a Companhia possui o equivalente a R\$ 10.080 (2022 - R\$ 9.699) de causas trabalhistas, R\$ 55.747 (2022 - R\$ 54.270) de causas cíveis, e R\$ 31.776 (2022 - R\$ 45.627) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma

probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta os seguintes valores de depósitos judiciais:

	31/12/2022	Adição	Reversão	30/06/2023
Cíveis (i)	33.514	1.060	(70)	34.504
Trabalhistas (ii)	14.305	-	(201)	14.104
Tributário	7.282	883	-	8.165
	55.101	1.943	(271)	56.774

(i) Os depósitos cíveis são segregados em R\$ 215 (2022 - R\$ 212) relacionados a processos cíveis e R\$ 34.289 (2022 - R\$ 28.753), relacionados a processos com a ARTESP;

Os depósitos judiciais trabalhistas possuem o valor de R\$ 13.720 (2022 - R\$ 13.920) relacionado a discussão trabalhista na vara de Nanuque - Minas Gerais. Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e recentemente obteve êxito na liberação dos valores bloqueados em 1 processo, sendo que tal valor será devolvido ao caixa da Companhia posteriormente. O valor de R\$ 385 (2022 - R\$ 385) estão relacionados a outros processos trabalhistas.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	31/12/2022	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	30/06/2023
Provisão para Investimentos	8.874	262	(7)	9.129
	8.874	262	(7)	9.129
	31/12/2021	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	31/12/2022
Provisão para Investimentos	8.389	602	(117)	8.874
	8.389	602	(117)	8.874

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/06/2023	31/12/2022
2026	9.129	8.874
	9.129	8.874

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Provisão para manutenção em rodovias

	31/12/2022	Adição	Transferência	Realização	Reversão	30/06/2023
Provisão para manutenção	214.999	25.811	-	(56.848)	-	183.962
Ajuste a valor presente (AVP)	(12.281)	(3.234)	-	-	-	(15.515)
	202.718	22.577	-	(56.848)	-	168.447
Circulante	162.711	-	4.246	(56.848)	-	110.109
Não circulante	40.007	22.577	(4.246)	-	-	58.338
	31/12/2021	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2022
Provisão para manutenção	209.359	61.247	-	(55.607)	-	214.999
Ajuste a valor presente (AVP)	(13.322)	(5.823)	-	-	6.864	(12.281)
	196.037	55.424	-	(55.607)	6.864	202.718
Circulante	142.718	-	75.600	(55.607)	-	162.711
Não circulante	53.319	55.424	(75.600)	-	6.864	40.007

Em dezembro de 2022, a Companhia reavaliou os estudos paramétricos e projetos utilizados na elaboração dos orçamentos, baseando-se nas obras realizadas, obras postergadas que em sua maioria foram afetadas devido ao alto volume de chuvas do início do ano que deterioraram os pavimentos além de curso normal. Com essa revisão e os efeitos da COVID-19, agravaram em aumento nos preços dos materiais, principalmente os insumos baseados em petróleo.

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/06/2023	31/12/2022
2023	38.871	46.779
2024	6.042	7.271
2025	29.079	34.995
2026	15.563	18.729
2027	78.892	94.944
	168.447	202.718

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Debêntures**a) Descrição da operação**

Debêntures não conversíveis	Valor do principal	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação

	30/06/2023	31/12/2022
Principal corrigido pelo IPCA	1.785.081	1.729.705
Remuneração (juros)	648.700	541.632
Custos com emissão	(22.819)	(26.646)
	<u>2.410.962</u>	<u>2.244.691</u>
Circulante	<u>(2.410.962)</u>	<u>(2.244.691)</u>

c) Movimentação das debêntures

31/12/2022	Juros no período	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	30/06/2023
2.244.691	166.271	-	-	-	2.410.962
31/12/2021	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2022
1.952.298	292.393	-	-	-	2.244.691

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017, mas em 08 de novembro de 2019, as amortizações foram interrompidas devido a declaração de vencimento antecipado das debêntures, onde a Companhia ingressou no processo de Recuperação Judicial, conforme destacado na Nota Explicativa 1.1.

d) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e por cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas de dívidas (*covenants*), cuja verificação é semestral, as quais são acompanhadas pela administração.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas declararam o vencimento antecipado, suspendendo a verificação das respectivas cláusulas restritivas de dívida (*covenants*).

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**a) Capital social**

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>
AB Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		<u>30.357.847.596</u>

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

16. Receita operacional líquida

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Receita com arrecadação de pedágio	171.587	143.876
Receita de serviços de construção	34.012	50.969
Receitas acessórias	8.051	7.400
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(15.462)	(12.985)
	<u>198.188</u>	<u>189.260</u>

Os impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Com pessoal	(14.909)	(13.009)
Honorários da administração	(1.113)	(1.103)
Manutenção e conservação	(36.481)	(30.459)
Serviços de terceiros	(5.052)	(4.078)
Ônus variável da concessão	(2.706)	(2.272)
Seguros e garantias	(1.411)	(989)
Custo dos serviços de construção	(33.093)	(50.361)
Provisão para demandas judiciais (i)	(906)	3.064
Provisão para manutenção em rodovias	(25.811)	(29.015)
Depreciação e amortização	(34.029)	(27.471)
Outras receitas e despesas	(3.241)	(2.952)
	<u>(158.752)</u>	<u>(158.645)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(148.585)	(153.906)
Despesas gerais e administrativas	(9.276)	(7.819)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(891)	3.080
	<u>(158.752)</u>	<u>(158.645)</u>

(i) Em 30 de junho de 2023, a Companhia apresentou no grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas", adição no trimestre de R\$ 906 referente a provisão de contingências de processos administrativos e cíveis informado na Nota 13.a que impactaram o resultado.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, mútuos, debêntures e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência.

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2022</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(162.754)	(187.852)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(16.926)	(12.708)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(262)	(1.505)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(30)	(22)
Outras despesas financeiras	(5.134)	(6.989)
	<u>(185.106)</u>	<u>(209.076)</u>
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	9.543	6.226
Atualização de impostos a recuperar	160	-
Variação do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	3.241	2.294
Outras receitas financeiras	1.571	1.510
	<u>14.515</u>	<u>10.030</u>
Resultado financeiro	<u>(170.591)</u>	<u>(199.046)</u>

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Salários e encargos sociais	(12.285)	(10.743)
Benefícios previstos em lei	(1.847)	(1.535)
Benefícios adicionais	(1.890)	(1.422)
	<u>(16.022)</u>	<u>(13.700)</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Numerador:		
Prejuízo do período	<u>(86.835)</u>	<u>(111.246)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>30.357.847.596</u>	<u>30.357.847.596</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,00286)</u>	<u>(0,00366)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 30 de junho de 2023, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 13,65% ao ano, observada no fechamento de 30 de junho de 2023, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano e projeções futuras.
- IPCA - variação de 3,16% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 30 de junho de 2023, divulgada pelo IBGE e projeções futuras

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo financeiro	Risco	Estável	+25%	+50%
Debêntures	Aumento do IPCA	269.063	288.110	307.157

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo financeiro	Risco	Estável	+25%	+50%
Debêntures	Aumento do IPCA	177.582	190.835	202.723

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo financeiro	Risco	Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	39.743	46.644	53.546

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo financeiro	Risco	Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	26.230	30.785	35.341

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro	Risco	Estável	-25%	-50%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Queda do CDI	8.590	6.442	4.295

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro	Risco	Estável	-25%	-50%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Queda do CDI	5.669	4.252	2.835

(i) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2023 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	28.227	-	28.227
Debêntures	2.433.781	-	2.433.781
Credor pela concessão	461	-	461
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	-	202.252	202.252
Total	2.462.469	202.252	2.664.721

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Continuidade Operacional

A continuidade operacional da Companhia poderá ser afetada por eventos adversos do processo de recuperação judicial.

O intuito do processo da recuperação judicial é para adequar a sua dívida com os debenturistas ao seu fluxo de caixa e continuar a operacionalizar as suas atividades assumidas junto ao órgão regulador e efetivar os pagamentos aos fornecedores.

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	62.930	61.449
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	98.964	83.945
Contas a receber de clientes	27.368	28.713
Depósitos judiciais	56.774	55.101
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	2.410.962	2.244.691
Contas a pagar a fornecedores	28.227	28.997
Outras contas a pagar	839	2.691
Partes relacionadas - mútuo a pagar	202.252	185.326
Obrigações com o poder concedente	461	465

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 30 de junho de 2023 representa 14% (2022 - 15%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Mútuos a pagar a partes relacionadas	202.252	185.326
Debêntures	2.410.962	2.244.691
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(98.964)	(83.945)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(62.930)	(61.449)
Dívida líquida	<u>2.451.320</u>	<u>2.284.623</u>
Total do patrimônio líquido	<u>(847.591)</u>	<u>(760.756)</u>

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	<u>30 de junho de 2023</u>		<u>31 de dezembro de 2022</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalente de caixa	98.964	98.964	83.945	83.945
Aplicações financeiras	62.930	62.930	61.449	61.449
Contas a receber de clientes	27.368	27.368	28.713	28.713
<u>Passivos financeiros</u>				
Debêntures (Nota 14) (i)	2.433.781		2.271.337	
Fornecedores	28.227	28.227	28.997	28.997
Outras contas a pagar	839	839	2.691	2.691
Partes relacionadas - mútuo a pagar	202.252	202.252	185.326	185.326
Obrigações com o poder concedente	461	461	465	465

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

As debêntures atualmente possuem valor justo zero conforme avaliado pela ANBIMA (nível 1). O valor justo não foi divulgado, pois a administração não valoriza internamente o passivo financeiro utilizando técnicas de nível 3 dada a incerteza envolvida no processo de reestruturação.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de ser respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os saldos de aplicações financeiras são classificados pelo nível 1.

Com a declaração de vencimento antecipado, o mercado classificou as Debêntures da Companhia no valor zero, por este motivo o valor justo encontra-se sem valor.

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	53.172
	Responsabilidade civil geral	43.324
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	15.000

A Companhia não obteve sucesso na renovação de seu seguro garantia, obrigatório no âmbito do Contrato de Concessão, obtendo resposta negativa acerca da referida renovação da Seguradora no dia 25 de junho de 2019, tendo a Seguradora justificado a não renovação em razão da atual situação econômico-financeira da Companhia e da reestruturação de suas debêntures ainda estar em andamento. A Companhia entrou com medida judicial contra a Seguradora e obteve êxito, tendo sido concedidos 90 dias adicionais ao da vigência da apólice, que passou a ter o vencimento em 1º de outubro de 2019.

Em 02 de outubro de 2019, a Companhia informou ao mercado que o seguro garantia, teve seu prazo expirado no dia 1º de outubro de 2019, sendo certo que, não obstante, a Ação ainda se encontra pendente de decisão de mérito.

Nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária, a ausência do seguro garantia representa inadimplência que, se comprovada por processo administrativo, poderá implicar na caducidade da concessão, mas tal contratação está sendo discutida no bojo do processo de transferência acionária, prevista na recuperação judicial já aprovada, uma vez que a situação econômico-financeira da Companhia e sua capacidade de crédito se modificará após implementação do plano.

24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	30/06/2023	31/12/2022
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	3.517	18.344

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
(em recuperação judicial)
São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Contudo, devido aos assuntos descritos no Parágrafo "Base para abstenção de conclusão", não foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias.

Base para abstenção de conclusão

(a) Incerteza significativa sobre continuidade operacional – implementação do plano de recuperação judicial

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14 (d) às informações contábeis intermediárias, em 08 de novembro de 2019, em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), foi declarado o vencimento antecipado das debêntures que, em 30 de junho de 2023 totalizam R\$ 2.410.962 mil (31 de dezembro de 2022 - R\$ 2.244.691 mil), sem inclusão de multa e juros moratórios. Conforme também descrito na Nota Explicativa no 1.1 às informações contábeis intermediárias, com o vencimento antecipado dessas debêntures, em 11 de novembro de 2019 a Companhia protocolou pedido de recuperação judicial junto à Comarca de Salto – SP. Referido pedido de recuperação judicial foi homologado em 30 de setembro de 2021 após aprovação do correspondente plano de recuperação pelos credores. No entanto, até a data atual, não houve aprovação pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP") da alteração de controle acionário, conforme Notas Explicativas nos 1.1 e 10, fato este necessário para a entrada em vigor do plano de recuperação judicial e início de sua efetiva implementação. O plano de recuperação judicial inclui, entre outros, a efetividade do plano de negócio que contempla as alternativas para a captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa previstos para os próximos anos. Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa no 23 às informações contábeis intermediárias, a Companhia ainda não teve a renovação de seu seguro garantia aceita pela seguradora, tampouco apresentou garantia de valor e condições equivalentes e, conforme Notas Explicativas nos 1.1 e 13, vem recebendo notificações e penalidades sobre a possibilidade de não cumprimento de algumas obrigações contratuais, estando as notificações ainda sendo discutidas no âmbito administrativo e parte das penalidades no âmbito judicial. Nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária, e conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, caso a transferência de controle não seja aprovada pela ARTESP, não poderá ser desconsiderado o risco de o Poder Concedente poder iniciar um processo de apuramento de inadimplência que, se comprovado o processo administrativo, poderá ensejar a caducidade do contrato em decorrência da inexecução de obrigações contratuais, da deterioração das condições econômico-financeiras da Concessionária, ou da incapacidade de renovação do seguro-garantia.

(b) Redução ao valor recuperável do imobilizado e intangível

Em decorrência dos assuntos mencionados acima, a Administração da Companhia identificou evidências de perda por desvalorização de ativos, que deveriam terem sido reduzidos ao valor recuperável no ativo imobilizado e intangível, que em 30 de junho de 2023 apresentam saldo de R\$ 8.790 mil e R\$ 1.394.655 mil (31 de dezembro de 2022 – R\$ 8.914 mil e R\$ 1.391.469 mil), respectivamente. Tais perdas por desvalorização estão baseadas em estudos preliminares e fundamentados por projeções futuras que dependem da aprovação final do plano de recuperação judicial pela ARTESP, anteriormente mencionada e conforme descrito na Nota Explicativa no 10 às informações contábeis intermediárias. Devido às incertezas presentes, principalmente quanto ao início da efetiva implementação do plano de recuperação judicial, a Administração concluiu não estarem reunidas as condições para reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável desses ativos até o presente momento.

(c) Tributos diferidos no ativo, sem expectativa de realização

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 8 às informações contábeis intermediárias, a Companhia apresenta histórico de prejuízos fiscais não utilizados e, neste momento, encontra-se em situação financeira que, para tentar se tornar viável, dentro outros aspectos, precisa da implementação do plano de recuperação judicial, que depende da prévia aprovação da ARTESP, razão pela qual, e considerando as incertezas quanto à efetivação e início de implementação do plano, a Administração concluiu não estarem reunidas as condições para reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável dos créditos fiscais até que essas incertezas sejam superadas com a efetivação e início de implementação do plano. As normas requerem que a manutenção ou o registro de tributos diferidos apenas ocorra se for provável que o benefício fluirá para a Companhia. Nesse contexto, o saldo de créditos de tributos diferidos registrados como ativo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8 às informações contábeis intermediárias no montante de R\$ 583.356 mil, em 30 de junho de 2023 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 539.037 mil), deveria ser reavaliado com possível ajuste de redução. Consequentemente, em 30 de junho de 2023, o ativo realizável a longo prazo pode encontrar-se registrado a maior, o patrimônio líquido, que está descoberto, a menor no montante de R\$ 583.356 mil (31 de dezembro de 2022 – R\$ 539.037 mil), e o prejuízo do período encontrar-se a menor em R\$ 44.320 mil (30 de junho de 2022- R\$ 57.185 mil).

Considerando a magnitude e a extensão dos possíveis efeitos dos assuntos no contexto das informações contábeis intermediárias, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem, neste momento, concluir: i) sobre o valor dos ajustes de perda por desvalorização do imobilizado e intangível (impairment), ii) sobre demais estimativas de ativos e passivos e modificações de seus passivos financeiros, incluindo eventuais efeitos de multas e juros moratórios não registrados considerando o estágio de implementação do Plano de Recuperação Judicial; iii) concluir sobre pressuposto de continuidade e, consequentemente, sobre a sobre base normativa contábil empregada na elaboração das informações contábeis de 30 de junho de 2023 e seus impactos em anos anteriores são apropriados.

Abstenção de conclusão

Não expressamos uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia pois, devido à relevância do assunto descrito na seção anteriormente intitulada "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão de auditoria sobre essas informações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados também para revisar, em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias acima referidas, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção acima intitulada "Base para abstenção de conclusão", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre essa demonstração em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de agosto de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA-026357/O-2 – S - SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023.

Salto, 11 de Agosto de 2023.

Emerson Luiz Bittar
Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho
Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da BDO RCS Auditores Independentes relativo às informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023.

Salto, 11 de Agosto de 2023

Emerson Luiz Bittar
Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho
Diretor Administrativo Financeiro